



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 20

QUARTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	249
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	250
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	255

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

ATA DA 128ª SESSÃO, EM 5 DE DEZEMBRO DE 1991.

SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência do Senhor Ministro Paulo Brossard. Presentes os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Pedro Acioli, Américo Luz, Vilas Boas e Hugo Gueiros. Compareceu o Dr. Geraldo Brindeiro, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceram, por motivo justificado, o Senhor Ministro Célio Borja, Presidente, e o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral.

Às dezoito horas e trinta minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 127ª sessão.

JULGAMENTOS

a) Habeas Corpus nº 177 - Classe 1ª - São Paulo (Mogi-Mirim). Habeas Corpus impetrado em favor de ROMEU ANTÔNIO BORDIGNON, RICARDO ANTÔNIO BRANDÃO BUENO e LUIZ AMOEDO CAMPOS NETO, visando o trancamento de Ação Penal em curso no TRE de São Paulo por recebimento da denúncia em pedido de desarquivamento de Inquérito Policial instaurado para apurar a prática de abuso de poder econômico pelos pacientes. Impetrantes: Drs. Arnaldo Malheiros Filho e Ricardo Camargo Lima. Pacientes: Romeu Antônio Bordignon, Ricardo Antônio Brandão Bueno e Luiz de Amoedo Campos Neto, Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Prefeito, respectivamente, de Mogi-Mirim. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Pediu vista o Sr. Ministro Pedro Acioli, depois dos votos dos Srs. Ministros Relator, Marco Aurélio, Américo Luz e Hugo Gueiros que concediam a ordem. Protocolo nº 6.620/91.

b) Mandado de Segurança nº 1.486 - Classe 2ª - Rio de Janeiro (Cabo Frio).

Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado para sustar o ato do TRE que determinou a data do dia 30 de junho próximo, para a realização de consulta à população do Distrito de Armação de Búzios e Tamoios, do Município de Cabo Frio, para elevação à categoria de Município.

Impetrante: Município de Cabo Frio (Advº: Dr. A. C. Sigmaringa Seixas).

Relator: Ministro Américo Luz.

Pediu vista o Ministro Hugo Gueiros, após os votos dos Srs. Ministros Relator e Vilas Boas que julgavam prejudicado o pedido.

Protocolo nº 4.471/91.

c) Mandado de Segurança nº 1.501 - Classe 2ª - Rio de Janeiro (Cabo Frio).

Mandado de Segurança impetrado contra ato do TRE que, julgando Embargos de Declaração, homologou o resultado da consulta plebiscitária realizada nos Distritos de Armação de Búzios e Tamoios, para emanciparem-se do município de Cabo Frio, considerando o "quorum" de comparecimento referente a área global e não individualizado. Solicita a concessão da medida liminar, para sustar os efeitos do ato impugnado. Impetrante: Município de Cabo Frio (Advºs: Drs. Hermann Assis Baeta e Manoel Martins Júnior).

Litisconsortes passivos: Maria Helena Britto Tedesco e outros eleitores da 96ª Zona eleitoral (Advº: Dr. Marcos Heusi Netto).

Relator: Ministro Américo Luz.

Pediu vista o Ministro Hugo Gueiros, após os votos dos Srs. Ministros Relator e Vilas Boas que concediam a segurança.

Protocolo nº 8.030/91.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal.

Brasília, 5 de dezembro de 1991.

Ministro PAULO BROSSARD, Presidente em exercício.

ATA DA 130ª SESSÃO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1991.

SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência do Senhor Ministro Paulo Brossard. Presentes os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Pedro Acioli, Cid Scartezzini, Vilas Boas e Hugo Gueiros. Compareceu o Dr. Geraldo Brindeiro, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceram, por motivo justificado, os Senhores Ministros Célio Borja, Presidente, Américo Luz e o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral.

Às dezoito horas e trinta minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 129ª sessão.

JULGAMENTOS

a) Habeas Corpus nº 164 - Classe 1ª - Espírito Santo (Vitória).

Da decisão do TRE que denegou a ordem de "Habeas Corpus" impetrada em favor de ENY DOS ANJOS CERQUEIRA, visando o trancamento de ação penal por crime capitulado no art. 350, § único do Código Eleitoral.

Recorrente: Dr. Levy Pereira de Menezes.

Paciente: Eny dos Anjos Cerqueira.

Relator: Ministro Vilas Boas.

Por unanimidade, foi negado provimento ao recurso.

Protocolo nº 9.999/90.

b) Mandado de Segurança nº 1.502 - Classe 2ª - Agravo Regimental - Paraná (Salto do Lontra).

Agravo Regimental do despacho que suspendeu a liminar concedida, nos autos de Mandado de Segurança impetrado contra ato do TRE que deferiu consulta plebiscitária visando a criação do Município de Nova Esperança do Sudoeste.

Agravantes: Município de Salto do Lontra e Câmara Municipal, por seus Prefeito e Presidente, respectivamente (Advºs: Drs. Jorge José Gotardi, Edilson Luiz Warmling e Eduardo César Gotardo).

Relator: Ministro Vilas Boas.

Por unanimidade, foi negado provimento ao agravo.

Protocolo nº 9.470/91.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal.

Brasília, 10 de dezembro de 1991.

Ministro PAULO BROSSARD, Presidente em exercício.

ATA DA 131ª SESSÃO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1991.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Presidência do Senhor Ministro Paulo Brossard. Presentes os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Pedro Acioli, Cid Scartezzini, Vilas Boas e Hugo Gueiros. Compareceu o Dr. Geraldo Brindeiro, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceram, por motivo justificado, os Senhores Ministros Célio Borja, Presidente, Américo Luz e o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral.

Às dezoito horas foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 130ª sessão.

JULGAMENTOS

a) Consulta nº 12.352 - Classe 10ª - Ceará (Fortaleza).
 Consulta o TRE: "As transferências de eleitores ficam suspensas realmente a partir de 1.1.92, ex vi do que contém a Lei 8.214/91".
 Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.
 Não se conheceu da consulta e determinou-se a remessa de cópia da informação da assessoria. Decisão unânime.
 Protocolo nº 9.335/91.

b) Consulta nº 12.341 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
 Consulta o Deputado Federal PEDRO VALADARES, sobre o prazo de domicílio eleitoral aplicável às eleições de 3.10.92: "1 - Se o do art. 55 do Código Eleitoral, conforme tem entendido esse Tribunal após o advento da Constituição de 1988, ou 2 - Se o do art. 10 da Lei nº 8.214/91, embora esta lei não deva estar ainda em vigor na data do pedido de registro dos candidatos".
 Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.
 Respondeu o Tribunal que o prazo de domicílio eleitoral aplicável às eleições de 3.10.92, é o previsto no art. 35 do Código Eleitoral.
 Protocolo nº 9.154/91.

c) Representação nº 10.887 - Classe 10ª - São Paulo (São Paulo).
 Representação de Hélio Pereira Bicudo, relativa à suposta prática de crime eleitoral, durante a campanha do Presidente eleito e diplomado FERNANDO COLLOR DE MELLO.
 Relator: Ministro Pedro Acioli.
 O Tribunal declinou de sua competência para o Supremo Tribunal Federal. Vencido o Ministro Relator.
 Protocolo nº 199/90.

d) Consulta nº 12.349 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
 Consulta o Deputado Federal RICARDO IZAR: "Um prefeito foi eleito em 1988 e, passado 2 anos e 3 meses do mandato, faleceu. É empossado, assim, o vice-prefeito. Pergunta-se: desejando o filho do prefeito falecido candidatar-se a cargo de vice-prefeito ou de vereador nas próximas eleições municipais, existe algum impedimento legal?"
 Relator: Ministro Pedro Acioli.
 Respondida a consulta nos termos da informação da Assessoria. Decisão unânime.
 Protocolo nº 9.292/91.

e) Consulta nº 12.340 - Classe 10ª - Sergipe (Aracaju).
 Consulta formulada pelo TRE sobre a possibilidade de requisitar para esta Corte, por 1 (um) ano, a servidora ROSANI PINHEIRO ALMEIDA, Técnico Judiciário, do Quadro daquele Regional.
 Relator: Ministro Hugo Gueiros.
 Respondeu-se afirmativamente à consulta. Decisão unânime.
 Protocolo nº 8.908/91.

f) Processo nº 12.351 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
 Consulta do Senador CID SABÓIA DE CARVALHO: "À luz do disposto no art.14 § 72, da Constituição da República, podem os parentes consanguíneos até o segundo grau de Governador, detentores de mandatos parlamentares, simultaneamente eleitos com o Governador de Estado, para o corrente período constitucional ser, candidato a Prefeito de Municípios do mesmo Estado, nas eleições de 1992?"
 Relator: Ministro Hugo Gueiros.
 Respondido nos termos da informação da Assessoria. Decisão unânime.
 Protocolo nº 9.310/91.

g) Processo nº 11.876 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
 Representação do Partido dos Trabalhadores-PT para que o TSE adote

medidas a fim de garantir que os Partidos Políticos, a nível estadual, tenham restabelecido seus direitos de uma transmissão anual, em rede de rádio e televisão.
 Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.
 Indeferida a Representação enviando-se cópia da informação.
 Protocolo nº 817/91.

h) Processo nº 12.345 - Classe 10ª - Pernambuco (Recife).
 Remessa, por decisão, do Superior Tribunal de Justiça de representação proposta pela Frente das Oposições de Pernambuco contra o uso da máquina administrativa do Estado em propaganda eleitoral do candidato a Governador JARBAS VASCONCELOS.
 Relator: Ministro Hugo Gueiros.
 Q Tribunal declina de sua competência e suscita conflito negativo de jurisdição.
 Protocolo nº 9.184/91.

i) Processo nº 12.278 - Classe 10ª - Rondônia (Porto Velho).
 Encaminha o Tribunal de Justiça lista tríplice para preenchimento da vaga de Juiz efetivo do TRE, da classe de jurista, decorrente do término do 1º biênio do Dr. AMADEU GUILHERME MATZEMBACHER MACHADO, composta dos seguintes advogados: Dr. DOGRACIR ANTÔNIO EVARISTO SANT'ANA, Dr. FRANCISCO ALVES DE CALDA e o Dr. CLAYTON GOUGO ZANOTI.
 Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.
 O Tribunal determinou o encaminhamento da lista: Decisão unânime.
 Protocolo nº 7.821/91.

j) Processo nº 12.347 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
 Submete a Secretaria à apreciação do TSE proposta relativa ao cálculo dos QUINTOS, nos moldes adotados pela Secretaria do Supremo Tribunal Federal.
 Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.
 Aprovada nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.
 Protocolo nº 9.182/91.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal.
 Brasília, 10 de dezembro de 1991.
 Ministro PAULO BROSSARD, Presidente em exercício.

Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA SÉTIMA SESSÃO PLENA EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e um, às nove horas, realizou-se a Sétima Sessão Plena Extraordinária, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, Orlando Teixeira da Costa, Ermes Pedro Pedrassani, Wagner Pimenta, Almir Pazzianotto, Norberto Silveira de Souza, José Carlos da Fonseca, Antônio Amaral, José Calixto Ramos, Ursulino Santos, José Luiz Vasconcellos, Francisco Leocádio, Ney Doyle, Francisco Fausto, José Francisco, Cnéa Moreira, Giacomini e Vantuil Abdala; a Digníssima Subprocuradora-Geral da Justiça do Trabalho Doutora Flávia Falcão Alvim de Oliveira; e a Secretária do Tribunal Pleno Doutora Neide A. Borges Ferreira. Havendo quorum regimental, foi declarada aberta a Sessão, à qual deixaram de comparecer, por motivo justificado, os Excelentíssimos Senhores Ministros Fernando Vilár, Roberto Della Manna, Hylo Gurgel, José Ajuricaba, Hélio Regato, Afonso Celso e Manoel Mendes. Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente Guimarães Falcão, inicialmente, expôs a seus Pares que estivera, na véspera, em Salvador, participando da solenidade de inauguração da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, batizado com o nome do ilustre e saudoso Ministro Coqueijo Costa. "O Tribunal Regional do Trabalho da Bahia - disse sua Excelência - homenageia, assim, a memória do nosso Colega e ex-Presidente desta Casa. No próprio prédio do Tribunal, foi inaugurado também o "Memorial Coqueijo Costa", onde estão os livros, o violão, a máquina de escrever e outros pertences pessoais de Sua Excelência. Foi uma solenidade que nos deixou a todos profundamente emocionados: a mim, ao Ministro Hylo Gurgel, que é ex-Presidente daquela Casa e que me acompanhava, à Família do Ministro Coqueijo Costa. Este gesto do Tribunal Regional da Quinta Região, perpetuando o nome do Ministro Coqueijo Costa, em Salvador, Bahia, serve de exemplo, porque, quase sempre, aqueles que se dedicam inteiramente à causa da Justiça, quando morrem, são esquecidos até com uma certa rapidez. Então, a meu ver, para nós, que integramos o Tribunal Superior do Trabalho, Casa que foi presidida por Sua Excelência - dinâmico e eficiente Presidente, recebendo sempre a colaboração dedicada de sua esposa Aydil Leite Coqueijo Costa, que colaborou de uma forma extraordinária para o êxito desta Casa, principalmente no Setor de Recursos Humanos, pela sensibilidade e pelo espírito de humanidade que o casal sempre demonstrou - o Ministro Coqueijo Costa marcou indelevelmente a sua presença nesta Casa e no Tribunal Regional do Trabalho da Bahia. O Tribunal Superior do Trabalho não poderia faltar à homenagem que a Bahia prestou à memória de Carlos Coqueijo Torreão da Costa, que foi o nosso Presidente e integrou esta Corte com brilho realmente invulgar." Continuando com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente Guimarães Falcão referiu-se, desapontado, ao veto do Executivo a projeto de lei que ampliava o Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, aparentemente infundado, consideradas as informações disponíveis e o acompanhamento de sua tramitação no Congresso Nacional. Solicitando uma interferência, o Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Doyle, acrescentando recentes informações, esclareceu que a razão do veto decorreria de incorreção na redação de artigo fundamental ao referido projeto de lei. A solução seria apresentar, urgente, novo projeto de lei ao Congresso Nacional. Logo após, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente comunicou a seu pares que, a pedido do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN
 SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604 — Brasília/DF
 Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046
 Telex: (061) 1356 DIMN BR
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais
 Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS
 Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 40.200,00	Cr\$ 10.200,00	Cr\$ 36.540,00	Cr\$ 40.750,00	Cr\$ 64.530,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 17.424,00	Cr\$ 8.580,00	Cr\$ 15.312,00	Cr\$ 17.424,00	Cr\$ 31.548,00
Aéreo:	Cr\$ 49.830,00	Cr\$ 24.420,00	Cr\$ 49.830,00	Cr\$ 49.830,00	Cr\$ 90.090,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DIVOM
 Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/399/314/317/328/325
 Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.673, DE 21 DE JANEIRO DE 1992

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

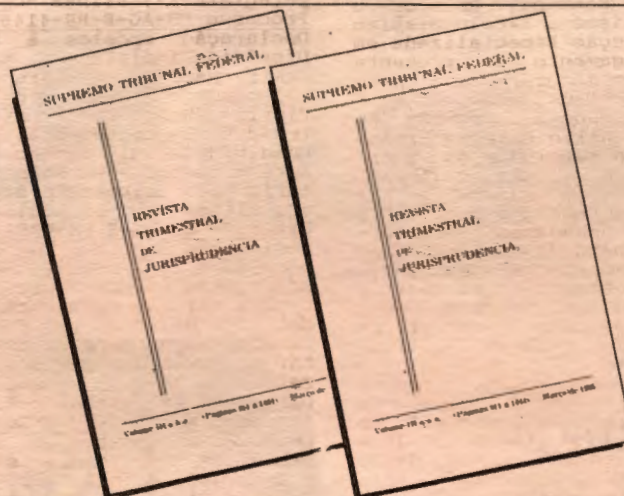
USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo S/Nº/92, DIPES/SEINA, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, ao Auxiliar Judiciário, classe "A", referência NI-27, WALTER DA ROCHA E SILVA, matrícula nº 305-332, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição Federal, de 05.10.88, c/c o artigo 186, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, artigo 1º da Lei nº 7.760, de 24.04.89, alterado pelo artigo 6º da Lei nº 7.961, de 21.12.89 e artigo 1º dos Atos números 8.809, de 19.12.89 e 9.155, de 09.01.91, deste Tribunal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA

Publicações mensais organizadas pelo Supremo Tribunal Federal



(Edições de 1990)

- Vol. 131★ — Janeiro
- Vol. 131★★ — Fevereiro
- Vol. 131★★★ — Março
- Vol. 132★ — Abril
- Vol. 132★★ — Maio
- Vol. 132★★★ — Junho
- Vol. 133★ — Julho
- Vol. 133★★ — Agosto
- Vol. 133★★★ — Setembro

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Publicação mensal organizada pelo Serviço de Divulgação do STF e editada pela Imprensa Nacional

Apenas
Cr\$ 40.000,00

Seja prático!
Faça já sua assinatura

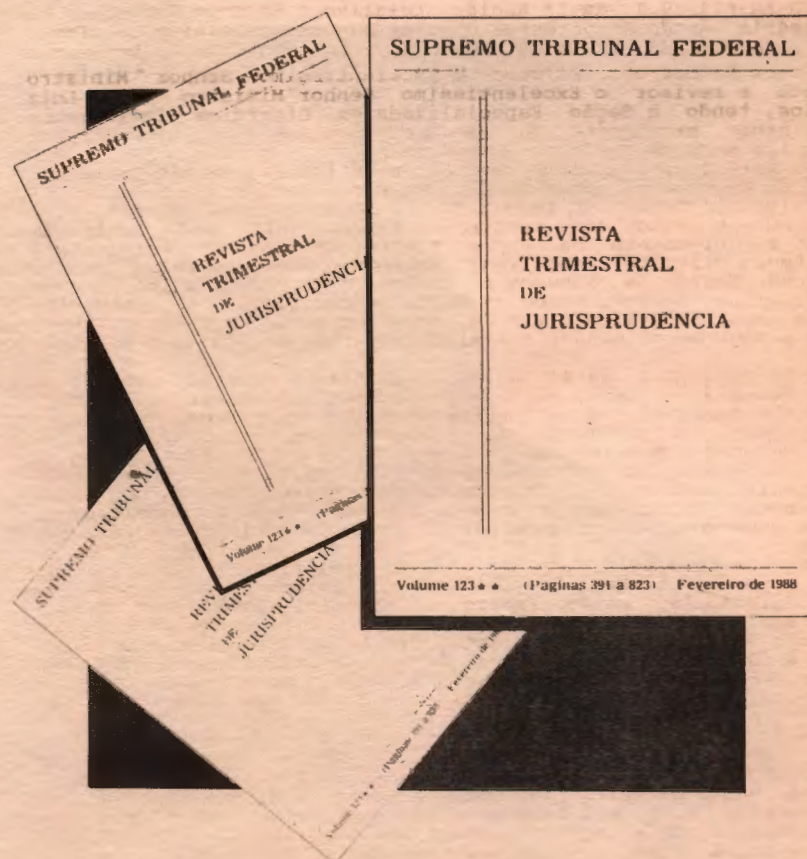
Válida por 6 volumes

Aquisições: Imprensa Nacional, através de remessa de cheque nominal.

Importante mencionar CEP correto de sua cidade ou região.
SIG — Quadra 6, Lote 800 — CEP 70604 — Brasília/DF.

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional.

Fones: (061) 321-5566, ramais: 305, 308, 309, 325 ou 328; 226-6812.



formulários contínuos

OUTROS MODELOS:

Solicite orçamento através
dos telefones 226-2586 ou
321-5566 R. 312/299

1 via 80 colunas
240x11 cx. c/3000

preço: Cr\$ 26.000,00

1 via 132 colunas
375x11 cx. c/3000

preço: Cr\$ 38.000,00

AQUISIÇÕES:

Imprensa Nacional
Seção de Vendas e Assinaturas
SIG Quadra 06 lote 800
CEP 70604 Brasília DF

Venda Exclusiva
para Órgão Público